

## A exclusão do outro

Resenha de: Habermas, J. (2023). *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp.

José Ivan Rodrigues de Sousa Filho

ivan.rodrigues@ufrn.br

(Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, Brasil)

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2318-9800.v29i1p91-100>

Na “Apresentação à edição brasileira” da mais recente obra de Jürgen Habermas, Denilson Luís Werle e Rúrion Melo destacam que a categoria esfera pública constitui um fio condutor que perpassa marcadamente toda a extensão da teorização crítica habermasiana. De *Mudança estrutural da esfera pública* (1962), passando por *Facticidade e validade* (1992), até *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa* (2022), a esfera pública é tratada por Habermas como conceito primordial na elaboração de uma teoria crítica da sociedade capitalista democrática. Werle e Melo, além disso, destacam que a esfera pública constitui “a categoria central para responder à questão” fundamental de uma teoria crítica do capitalismo democrático, a saber, “examinar as condições sociais (materiais e simbólicas) e institucionais necessárias para a realização efetiva de práticas de autodeterminação política entre cidadãos livres e iguais que, [...] pela discussão mediante razões, deliberam e tomam decisões coletivas sobre diversas questões políticas de interesse comum” (p. 12).<sup>1</sup>

A esfera pública é, pois, tratada por Habermas como conceito crucial para clarificar tanto as dominações estabelecidas como a emancipação possível na formação social capitalista democrática, isto é, no capitalismo administrado pelo Estado de bem-estar social (três décadas após a Segunda Guerra Mundial) e no capitalismo neoliberal (do final do século XX até hoje). É justamente em sua obra

<sup>1</sup> Todas as citações feitas no corpo principal desta resenha são exclusivamente da obra resenhada. Assim, por economia expressiva, tais citações são acompanhadas apenas da informação da respectiva página de tal obra.

de 2022 que Habermas entabula uma investigação da tensão entre neoliberalismo e democracia sob a forma de uma análise dos efeitos colaterais exercidos pelo capitalismo globalizado, financeirizado e digitalizado sobre as esferas públicas políticas. Nas palavras de Werle e Melo: “Mas, afinal, quais são as consequências do progresso tecnológico da comunicação digitalizada sobre o processo político?” (p. 15). Tais consequências, de jaez econômico e tecnológico, seriam, para Habermas, tão amplas e profundas que engendrariam uma mudança tanto da estruturação como do funcionamento da esfera pública. Uma mudança ruim, a saber, desdemocratizante e, portanto, regressiva.

Nesta resenha, apresento, nas duas primeiras seções, a análise habermasiana da desdemocratização e da regressão produzidas pelo neoliberalismo, bem como a compreensão habermasiana de democracia e emancipação na modernidade capitalista. Além disso, nas duas seções finais, posiciono-me contra uma recepção da mais nova obra de Habermas que enfatize unilateralmente a tendência desdemocratizante e regressiva: defendo que a investigação da esfera pública não pode ser dissociada da análise da sociedade civil e da cultura política nem da teoria da racionalidade e da racionalização social.

### **A nova mudança estrutural da esfera pública**

Mesmo que a esfera pública ainda não seja, de acordo com Habermas, completamente nem prevalentemente mediada pela *nova mídia (digital e plataformizada)*, a nova mídia se tornou relevante para a estruturação e o funcionamento da esfera pública. A relevância da nova mídia para a organização estrutural e para a dinâmica funcional da esfera pública reside, acima de tudo, na *nova infraestrutura técnica e econômica* que a nova mídia fornece para a esfera pública. Atualmente, entretanto, a relevância estrutural e funcional da nova mídia para a esfera pública concretiza-se, em última análise, em um duplo efeito normativamente ruim: a *erosão da inclusão emancipatória do outro* e o *rebaixamento da qualidade deliberativa do processo democrático* de formação da opinião pública e da vontade coletiva.

As esferas públicas políticas que se formam na nova mídia formam-se sobre uma infraestrutura que, do ponto de vista técnico, organiza-se com base em algoritmos opacos e sob a forma de câmaras de eco. Trata-se de uma organização estrutural que, baseada em algoritmos subjacentes, configura-se pelas costas dos usuários de plataformas digitais, os quais até podem aperceber-se e, mais ainda, utilizar-se dos vieses instaurados pelos algoritmos, mas não podem reconfigurá-los nem mesmo os contornar. Além disso, trata-se de uma organização estrutural que promove sistematicamente a formação de públicos fragmentados e isolados: públicos

que, desvinculados comunicativamente uns dos outros, entrincheiram seus membros individuais na autoafirmação de sua identidade grupal e de suas singularidades pessoais. Já do ponto de vista econômico, a infraestrutura característica da nova mídia é moldada para funcionar, em última instância, em proveito da extração de dados empregáveis para produzir lucros para empresas transnacionais de tecnologia da informação e da comunicação. Trata-se de uma dinâmica funcional que impele sistematicamente os usuários de plataformas digitais a fornecer dados a empresas proprietárias de plataformas digitais, dados que, então, elas podem caprichosamente usar para seus objetivos lucrativos.

Por conseguinte, de um lado (o lado técnico), a infraestrutura sobre a qual se formam esferas públicas políticas digitais e plataformizadas possibilita que todos os usuários sejam incluídos, mas não como cidadãos que se reconhecem uns aos outros como parceiros livres e iguais na tentativa coletiva (universal) de construção reflexiva de uma comunidade política autodeterminada: e sim como membros de grupos com identidades fechadas que necessitam ser afirmadas interna e externamente. Essa, digamos, inclusão de todos para a exclusão do outro chega ao ponto de corroer dois pressupostos incontornáveis da comunicação racional, a saber, o pressuposto de um mundo objetivo, cuja existência independe dos sujeitos e, pois, contrapõe-se e resiste a eles, e o pressuposto de um mundo social, compartilhado e construído por todos os sujeitos. Sem o pressuposto de um mundo objetivo, a facticidade e a verdade se deturpam; sem o pressuposto de um mundo social, a normatividade e a validade se distorcem; sem ambos os pressupostos, o direito democraticamente criado e o processo democrático se esvaem, pois, então, a busca coletiva (universal) da verdade e da justiça se torna impossível.

Já de outro lado (o lado econômico), a infraestrutura de esferas públicas políticas formadas na nova mídia não propicia a elevação da qualidade deliberativa das deliberações e tomadas de decisão democráticas, pois isso não é funcional para a geração continuada de lucros mediante a extração sub-reptícia de dados e sua comercialização obscura. A autoafirmação de singularidades individuais e coletivas que são politicamente incomensuráveis e inflexíveis é o que é funcional para o capital tecnológico, já que essa autoafirmação estimula os usuários de plataformas digitais a reiteradamente disponibilizarem dados sobre suas preferências fortes e decisivas. A autoafirmação do singular individual e coletivo ocorre à medida que os usuários de plataformas digitais se tornam autores autoeditados, sem filtros externos: à medida que são incentivados a perfilar-se, distinguir-se, expressar-se ilimitadamente, valorizar-se diante dos outros, destacar-se dos outros. A autoafirmação, portanto, sucede à medida da disponibilização reiterada de dados.

As esferas públicas políticas formadas na nova mídia, assim, não são nem plenamente públicas, nem propriamente políticas: trata-se, segundo Habermas, de

esferas “semipúblicas”<sup>2</sup> e despolitizadas, ou melhor, politizadas de um modo não democrático - privatista, excludente e irracional. Tais esferas semipúblicas e não democráticas cumprem, acima de tudo, uma função representativa, mas não uma função crítica e racionalizadora: elas se prestam a representar (de modo encenado) o que seria singular, mas não a criticar as dominações estabelecidas a fim de aboli-las e, assim, transformar emancipatoriamente a sociedade como um todo, mediante a realização institucional (autocrítica e, pois, experimental) de seus potenciais de racionalização.

O capitalismo neoliberal, portanto, leva as distorções sistemáticas da esfera pública a um grau tão severo, que se torna plausível sugerir que o tempo presente é pós-democrático. O compromisso entre capitalismo e democracia estabelecido após a Segunda Guerra Mundial, no qual a esfera pública se estruturava de modo massificador e apassivador e funcionava de modo aclamatório e tecnocrático (consoante o diagnóstico habermasiano de 1962), tornou-se, hoje, insustentavelmente frágil: as esferas públicas políticas neoliberais nem chegam a ser públicas em sua plenitude (são predominantemente privatistas), nem chegam a ser políticas em sentido democrático (são, antes, antidemocráticas e basicamente propícias ao triunfo do autoritarismo de extrema direita). A deterioração neoliberal da esfera pública chegou, hoje, aos limites da democracia.

Em relação à concretização das perspectivas emancipatórias estruturalmente abertas pela democracia moderna, a erosão neoliberal da esfera pública constitui uma regressão. E não são apenas as reformas neoliberais dos Estados nacionais (com a destruição do Estado de bem-estar social e a incapacitação dos Estados nacionais para satisfazer as reivindicações de justiça social de seus cidadãos) que são regressivas. É também regressiva a nova emergência de uma extrema direita que se aproveita da miséria neoliberal em que se acham os Estados nacionais (financeiramente endividados, socialmente fracassados e politicamente deslegitimados), bem como se aproveita da ruína neoliberal em que se encontra a esfera pública, para catapultar-se eleitoralmente, manter-se governamentalmente de modo antissistema e, sobretudo, escangalhar paulatinamente a democracia. A democracia moderna está sendo inviabilizada e desmanchada pelo neoliberalismo. Assim como o capitalismo liberal se fez fascista na primeira metade do século XX,<sup>3</sup> o capitalismo neoliberal está fazendo-se pós-democrático na primeira metade do século XXI.<sup>4</sup>

---

2 A expressões originais inter-relacionadas são: *halböffentlich* (Habermas, 2022, p. 11); *halb öffentlich* (idem, p. 29); *Halböffentlichkeit* (idem, p. 63).

3 Esse era o diagnóstico de tempo dos primeiros teóricos críticos. Já o diagnóstico de tempo de Habermas é outro: a sociedade por ele criticamente teorizada não é o capitalismo autoritário, fascista, derrotado na Segunda Guerra Mundial, mas o capitalismo democrático instaurado após 1945. Sobre essa crucial diferença diagnóstica entre os primeiros teóricos críticos e Habermas, ver Honneth (1979).

4 Apesar da tendência pós-democrática, Habermas, em última análise, observa que o capitalismo

## A política deliberativa

A democracia moderna, que se distingue historicamente por sua conexão indissolúvel com os direitos fundamentais e por seu enraizamento social em esferas públicas secularizadas e diferenciadas tanto do Estado como dos mercados, é conceituada e explicada por Habermas como política deliberativa. Política deliberativa é política realizada em práticas e instituições de tratamento crítico e resolução criticável dos problemas coletivos por todos os concernidos: práticas e instituições nas quais se formam discursivamente (mediante a argumentação voltada para o entendimento mútuo entre os participantes) opiniões públicas; práticas e instituições nas quais, ademais, tomam-se justificadamente (levando-se em consideração as opiniões públicas) decisões vinculantes sobre os problemas coletivos. A democracia moderna é compreendida por Habermas, portanto, como deliberação política; enquanto tal, a democracia moderna apresenta um núcleo normativo emancipatório. Trata-se da normatividade frágil incrustada na discussão racional linguisticamente mediada:

Na condição de participantes do discurso, “sabemos” que não argumentamos “seriamente” quando a coerção ou a manipulação estiverem envolvidas nessa troca de razões, quando os concernidos são excluídos, ou quando as opiniões e tomadas de posição relevantes são suprimidas. Precisamos *pressupor* que, na situação dada, só entra em jogo a coerção não coercitiva do melhor argumento (p. 83-84).

A completa concretização desses pressupostos linguístico-pragmáticos em práticas e instituições políticas é um ideal regulador, mesmo que o processo político prevaiente ainda esteja distante (como, de fato, ainda está muito distante): da inclusão de todos os concernidos; de levar em conta todas as contribuições relevantes de todos os participantes; da ausência de coerção e manipulação; da orientação para buscar e levar a sério os melhores argumentos. A democracia moderna é, desse modo, uma política deliberativa tensionada entre os pressupostos contrafáticos incontornáveis do discurso, de um lado, e as formas empíricas das deliberações políticas (frequentemente bastante distantes daqueles pressupostos), de outro. E é nas esferas públicas políticas que a política deliberativa - com sua tensão constitutiva entre a facticidade de deliberações perpassadas por pretensões e relações de poder, de um lado, e a validade de pressuposições fundamentais da discussão mediante razões, de outro - enraíza-se socialmente.

Enquanto política deliberativa, a democracia moderna é marcada pela orientação ideal para o consenso. Essa orientação significa basicamente que os

---

não pode tornar-se *legitimamente* nem *estavelmente* pós-democrático: “Não vejo, porém, nem uma alternativa para nossos princípios constitucionais que pudesse ser fundamentada de modo normativamente convincente, nem uma forma estável de ‘democracia iliberal’ que fosse compatível, *a longo prazo*, com as exigências funcionais das sociedades modernas” (Habermas, 2020, p. 19)

dissensos sociais sobre normas morais, valores éticos e interesses pragmáticos (quer dizer, sobre normas universais de justiça, valores contextuais de boa vida e interesses particulares por finalidades proveitosas) precisam ser resolvidos,<sup>5</sup> dado que os indivíduos e os grupos sociais não podem simplesmente renunciar à sociedade, aos outros, a cada vez que suas pretensões normativas, valorativas e pragmáticas não forem endossadas pelos demais. Todavia, os dissensos morais e éticos somente podem ser resolvidos *racionalmente* mediante discursos nos quais as pretensões normativas e valorativas divergentes sejam levantadas, levadas em consideração, objetadas, sustentadas com argumentos e criticadas justificadamente; discursos nos quais, ademais, apenas o melhor argumento possa preponderar, a saber, o argumento não suplantado aqui e agora por outros argumentos. Quanto aos dissensos pragmáticos, só podem ser resolvidos *racionalmente* mediante negociações que sigam procedimentos que, por sua vez, sejam justos, ou seja, procedimentos que preservem as pressuposições elementares da discussão racional.

Os discursos práticos se orientam idealmente para o consenso porque constituem uma busca cooperativa pela justiça e pelo bem - uma busca na qual as divergências se explicitam e se agudizam e, assim, proporcionam a aprendizagem coletiva. É só na discussão racional que pretensões divergentes podem ser reconhecidas como limitadas, ser alteradas ou abandonadas, ser reconhecidas como justificadas com razões sólidas, ser desenvolvidas ou adotadas. Porém, a orientação ideal para o consenso “não significa que os participantes [do discurso] possam ter a expectativa irrealista de chegar efetivamente a um consenso sobre questões políticas” (p. 89). É por isso que o processo democrático necessita da regra da maioria nas instituições que se encarregam de gerar decisões vinculantes; e é também por isso que a esfera pública gera várias opiniões públicas concorrentes, em vez de uma opinião pública única. A orientação ideal para o consenso (que caracteriza constitutivamente os discursos sobre questões morais e éticas) e a inevitabilidade concreta dos dissensos caminham de mãos dadas. A política deliberativa, pois, é de caráter agonístico.

A política deliberativa, cujo núcleo normativo emancipatório é a inclusão universal e igualitária do outro como concernido e parceiro no tratamento dos problemas coletivos e, pois, na busca cooperativa da verdade e da justiça, é precisamente o que está sob ameaça na nova mudança estrutural da esfera pública. A nova mudança estrutural da esfera pública é também uma mudança do capitalismo neoliberal: um extremo afrouxamento do aparente compromisso inicial do concerto global do capitalismo neoliberal com as democracias nacionais de massas, ou, mais geralmente, um extremo tensionamento do capitalismo enquanto tal com a

---

5 “Resolvidos”, isto é, tratados coletivamente. O tratamento coletivo dos dissensos sociais não significa, porém, para Habermas, que eles cessarão nem mesmo que arrefecerão: significa apenas que a coletividade política lidará com eles, a fim de manter a integração social apesar deles e em meio a eles. Habermas enfatiza o caráter agonístico dos dissensos sociais.

democracia moderna.<sup>6</sup> As desigualdades sociais engendradas sistematicamente pela economia neoliberal vão de encontro à igualdade política que é tanto ideal como condição da democracia moderna.

### **A nova mídia e os movimentos sociais emancipatórios atuais**

Sem embargo da tendência de exacerbada fragmentação das esferas públicas políticas que emergem na nova mídia, manifesta-se, na sociedade civil, ainda que incipientemente, uma tendência de integração estratégica entre os diversos movimentos sociais emancipatórios atuais - as diversas lutas sociais emancipatórias se robustecem mutuamente ao tomarem a sério suas intersecções substantivas e se aliarem ou se mesclarem. Há, mais que isso, o desenvolvimento reflexivo de uma autocompreensão dos movimentos sociais por emancipação como vertentes socialmente específicas de uma luta abrangente e complexa por transformações estruturais da sociedade capitalista como um todo que superem tal sociedade: uma luta que compreende uma pluralidade de movimentos sociais que, orientados para a emancipação, criticam dominações sociais específicas, mas entrelaçadas, dominações sociais enraizadas nas relações, estruturas e dinâmicas definidoras da sociedade capitalista. Há especialmente uma tendência, mesmo que ainda frágil concretamente, de aproximação reflexiva e integração estratégica entre as lutas por redistribuição econômica, reconhecimento cultural e representação política.

Além disso, há, na cultura política, um desenvolvimento teórico, com fortes intenções práticas e importantes consequências práticas, de uma compreensão ampliada e multifacetada da sociedade capitalista. Consoante tal compreensão expandida e multiface, o capitalismo, em primeiro lugar, não se esgota apenas na economia capitalista; e, em segundo lugar, não consiste simplesmente em uma forma de vida inteiramente reificada - uma forma de vida atravessada, de todo, pela lógica única da autovalorização do capital e pela disseminação irrestrita da forma mercadoria. Não só teóricos acadêmicos, mas também teóricos ligados a movimentos sociais emancipatórios e, ainda, grupos intelectualizados desses movimentos sociais, compreendem o capitalismo como uma sociedade estruturalmente una e diferenciada. Com efeito, o capitalismo se distingue historicamente pela primazia da economia capitalista na organização institucional e na dinâmica funcional da sociedade como

---

<sup>6</sup> Habermas compreende a relação entre democracia e capitalismo como uma “relação precária” (p. 51). Enquanto a democracia tende a constituir todos aos quais os problemas coletivos concernem como cidadãos livres e iguais, o capitalismo “tende a reforçar as desigualdades sociais” (idem, *ibidem*). Enquanto a democracia orienta-se para a autodeterminação deliberativa de todos os cidadãos, tendendo a produzir uma comunidade política racionalmente autorregulada, o capitalismo orienta-se cegamente para a autovalorização do capital, tendendo a engendrar uma “modernização capitalista automática” (idem, *ibidem*). Assim, democracia e capitalismo guiam-se por “imperativos funcionais opostos” (idem, *ibidem*). “Desse ponto de vista, a teoria da democracia e a crítica do capitalismo andam juntas” (p. 99).

um todo, bem como por ponderáveis processos de mercantilização, mercadorização e monetarização do viver. Porém, o capitalismo é a formação social prevalente na modernidade, e não só um modo de produção - uma formação social não se esgota em seu modo de produção; ademais, o modo de produção de mercadorias (a economia capitalista) depende de condições imprescindíveis (capitalisticamente consideradas como) não econômicas - condições culturais, político-jurídicas e identitárias (condições de construção de identidades grupais e individuais). Essas condições formam um *mundo da vida* que não pode ser estruturalmente esmagado nem funcionalmente substituído pela economia capitalista.

É preciso levar a sério também a sociedade civil e a cultura política.<sup>7</sup> Um diagnóstico consistente do tempo presente não pode centrar-se apenas na esfera pública nem apenas em suas tendências de desdemocratização e regressão.<sup>8</sup> A política deliberativa não se enraíza apenas na esfera pública, mas “em uma esfera pública vibrante, em uma sociedade civil ativa e em uma cultura política liberal” (p. 86). Quanto à sociedade civil, ela “é o único campo de ressonância da sociedade como um todo para os problemas e as tensões gerados por disfunções nos sistemas individuais”; ela é como um “sistema de alerta prévio que faz o levantamento das experiências críticas de áreas da vida privada, processa-as em vozes de protesto e as transmite para a esfera pública política” (p. 93). Já quanto à cultura política, Habermas sublinha que a democracia “só pode ser realizada se mediada pela mente de seus cidadãos” (p. 94). Quer dizer, a estabilidade da democracia depende de uma cultura política democrática: “uma ordem democrática imposta de modo paternalista não pode estabilizar-se em longo prazo” (p. 95).

É preciso levar a sério a circulação do poder no estágio atual da sociedade capitalista.<sup>9</sup> Embora a circulação do poder, no capitalismo democrático, ocorra principalmente entre a rede de esferas públicas políticas, de um lado, e o subsistema da administração pública, de outro, a rede de esferas públicas políticas se encontra estreitamente ligada tanto à sociedade civil como à cultura política. Sem essa ligação estreita, a esfera pública se desfaz: a comunicação pública depende de saberes culturais e de atores capazes de agir e falar.

---

7 A sociedade civil ocupou, no pensamento habermasiano, uma posição central desde, pelo menos, *Facticidade e validade*. A sociedade civil não se confunde, segundo Habermas, nem com o Estado, nem com os mercados, nem com a esfera pública, nem com a esfera privada. E o discernimento da especificidade e da relevância sociais da sociedade civil é indispensável para fins analíticos. Por exemplo, é imprescindível para analisar o estado atual do processo de secularização: “a secularização do Estado, com efeito, não significa que a sociedade civil tenha se secularizado plenamente” (Habermas, 2019a, p. 45). Algo semelhante pode ser dito acerca da cultura política.

8 “Levando-se em conta que [...] regressões não são senão o outro lado de processos de aprendizagem, pode-se inequivocamente depreender dos grandiosos exemplos de construção de constituições democráticas que, nelas, cristalizam-se discernimentos da razão prática - aquisições que, como ensina a experiência histórica, podem novamente se perder” (Habermas, 2019b, p. 763).

9 É o que o Capítulo VIII de *Facticidade e validade* propõe (Habermas, 2021, p. 421-490).

## A nova mídia e a permanência renitente da racionalidade comunicativa

Ainda que a comunicação linguisticamente mediada tenha de submeter-se a distorções sistemáticas quando se realiza sobre a infraestrutura técnica e econômica da nova mídia, a nova mídia não concentra em si toda a comunicação linguisticamente mediada. A nova mídia é uma entre várias mídias; e há contextos nos quais os atores sociais interagem linguisticamente uns com os outros de modo não midiaticizado. Aliás, o próprio Habermas fez questão de, baseando-se em resultados de estudos empíricos, ressaltar a participação limitada, ainda que considerável, da nova mídia no uso que os cidadãos fazem da mídia em geral na Alemanha e, de modo mais amplo, na Europa.

Além disso, mesmo o volume de comunicação linguisticamente mediada que flui na nova mídia não pode ser absolutamente capturado por ela, ou seja, não pode ser completamente controlado técnica e economicamente. Uma instrumentalização total da linguagem é, acima de tudo, uma visão distópica, mas não uma possibilidade efetiva da sociedade capitalista: ela até pode ser trabalhada ficcionalmente, mas não poderia ser elaborada diagnosticamente, uma vez que diagnosticá-la significaria negá-la: um diagnóstico é já uma crítica, e uma crítica é já um movimento do processo de emancipação. O que concretamente acontece com a comunicação linguisticamente mediada na nova mídia é distorção sistemática do processo linguistificado de entendimento universal e recíproco, distorção sistemática causada por instrumentos técnicos e estratégias econômicas, mas não uma dominação técnico-econômica integral e cabal. Não há nem pode haver, na nova mídia, uma manipulação acachapante e definitiva da linguagem.

E, onde quer que se use comunicativamente a linguagem, aí residirá um potencial de racionalização comunicativa - o potencial de inclusão universalista e igualitária do outro, com respeito às diferenças e orientação para o entendimento mútuo. Mesmo que esse potencial seja impedido de concretizar-se adequadamente por obstáculos socialmente instituídos, permanece o desafio de remover tais obstáculos - o desafio de abolir as dominações e as irracionalidades constitutivas da sociedade capitalista. A compreensão crítica da sociedade capitalista atual não poderia desempenhar outra tarefa além de contribuir intelectualmente para a superação prática de tal desafio evolutivo.

### Referências

- Habermas, J. (2019a). *Auch eine Geschichte der Philosophie*. v. 1: Die Okzidentale Konstellation von Glauben und Wissen. Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- Habermas, J. (2019b). *Auch eine Geschichte der Philosophie*. v. 2: Vernünftige Freiheit. Spuren des Diskurses über Glauben und Wissen. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Habermas, J. (2020). *Moralischer Universalismus in Zeiten politischer Regression. Jürgen Habermas im Gespräch über die Gegenwart und sein Lebenswerk. Leviathan*, 48 (1), 7-28. DOI: [doi.org/10.5771/0340-0425-2020-1](https://doi.org/10.5771/0340-0425-2020-1).

Habermas, J. (2021). *Facticidade e validade: contribuições para uma teoria discursiva do direito e da democracia*. 2 ed. Tradução de Felipe Gonçalves Silva e Rúrion Melo. São Paulo: Editora Unesp.

Habermas, J. (2022). *Ein neuer Strukturwandel der Öffentlichkeit und die deliberative Politik*. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

Habermas, J. (2023). *Uma nova mudança estrutural da esfera pública e a política deliberativa*. Tradução de Denilson Luís Werle. São Paulo: Editora Unesp.

Honneth, A. (1979). Communication and Reconciliation: Habermas' Critique of Adorno. *Tellos*, 39, 45-61. DOI: <https://doi.org/10.3817/0379039045>.

Recebido em: 30.11.2023

Aceito em: 21.02.2024

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional.  
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

